



DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA DO BRASIL 2019-2023

General Guidelines for Action of Evangelization of the Church of Brazil 2019 – 2023

Francisco de Aquino Júnior *

RESUMO: Nos dias 1 a 10 de maio aconteceu em Aparecida do Norte a 57^a Assembleia Geral da CNBB. Nesta assembleia, os bispos aprovaram as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE) para os anos 2019-2023. Trata-se de um texto importante, na medida em que ele orienta os processos de planejamento pastoral dos vários regionais da CNBB e das várias dioceses e paróquias da Igreja do Brasil. Em vista de uma “recepção criativa” dessas diretrizes nos vários contextos e setores da Igreja em nosso país, ofereceremos uma visão panorâmica do texto e indicaremos algumas ambiguidades e alguns desafios do texto que se não forem considerados e enfrentados com seriedade comprometerão profundamente a eficácia da ação evangelizadora que pretende orientar e dinamizar.

PALAVRAS-CHAVE: CNBB. Diretrizes. Evangelização. Mundo urbano. Comunidade missionária.

ABSTRACT: The 57th CNBB General Assembly took place in Aparecida do Norte between 1st and 10th of May 2019. In this assembly, the bishops approved a document called ‘*General Guidelines for the Church’s Evangelizing Action in Brazil (DGAE)*’. It provides general guidelines for the Church’s evangelizing action in Brazil for the 2019-2023 period. It is an important document since it offers guidelines for pastoral planning processes in the different CNBB regions, various dioceses and parishes of the Brazilian Church. In order to promote a “creative reception” of the guidelines in the different contexts and sectors of the church in our country, we offer a comprehensive overview of the document, as well as point out some ambiguities and challenges presented in the document. If not taken seriously, these could well jeopardize the effectiveness of the evangelizing action the document intends to guide and foster.

KEYWORDS: CNBB. Guidelines. Evangelization. Urban World. Missionary Community.

* Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

Introdução

Em sua 57ª Assembleia Geral, a CNBB aprovou as novas *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil* (DGAE) para os anos 2019-2023 (CNBB, 2019a). Elas se inserem na “tradição pastoral” da Igreja do Brasil (FREITAS, 1997), constituem “uma das expressões mais significativas da colegialidade e da missionariedade da Igreja do Brasil” (CNBB, 2019a, n. 2) e devem se tornar cada vez mais caminho e expressão da sinodalidade que caracteriza a Igreja de Jesus Cristo (2019a, n. 39)¹.

Por tratar da ação pastoral/evangelizadora da Igreja, as DGAE dizem respeito a um processo que é simultaneamente um “método” e uma “mística”: “mais que um recurso metodológico, é uma mística profundamente enraizada na espiritualidade cristã” (2019a, n. 204). Para sermos mais precisos, deveríamos falar aqui de um método mistagógico-evangelizador, no qual se buscam os caminhos e os meios mais adequados para a missão evangelizadora da Igreja no mundo.

Nesse processo, a Igreja do Brasil foi profundamente marcada pela forma de pensar e planejar a ação da Igreja desenvolvida e sistematizada pela Ação Católica e proposta para toda a Igreja pelo papa João XXIII em sua Carta Encíclica *Mater et Magistra*:

Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação, apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes, exame e determinação do que pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: ver, julgar, agir. (MM, n. 232)

Esse método foi assumido pela Igreja latino-americana a partir das conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) e se tornou bastante comum entre nós, mesmo quando não usamos as expressões “ver-julgar-agir” e, o que é mais comum e mais grave, mesmo que não sejamos consequentes com ele na hora do planejamento, não levando a sério a análise da realidade e reduzindo o planejamento a calendarização de atividades habituais ou “novas” que não respondem aos desafios atuais.

Embora as novas DGAE não estejam organizadas segundo esse esquema, remetem constantemente a ele, na medida em que insistem em pensar a evangelização (agir) a partir de Jesus Cristo e seu Evangelho (julgar) e do mundo atual (ver). E o expressam explicitamente na apresentação do texto e no início do segundo capítulo:

¹ Ver: FRANÇA MIRANDA, 2018; FRANCISCO, 2015.

“Vocacionada a evangelizar, a Igreja se volta incessantemente ao seu Senhor para, nele e com ele, compreender a realidade em que se encontra e discernir caminhos para cumprir a tarefa missionária dele recebida.” (CNBB, 2019a, p. 8).

“A Igreja, sacramento universal de salvação, anuncia sempre o mesmo Evangelho. Nessa missão, ela é chamada a acolher, contemplar, discernir e iluminar com a Palavra de Deus a complexa gama de elementos culturais, sociais, políticos e éticos que constituem a realidade à qual é enviada. Só a partir deste diálogo com a realidade, em constante mutação, ela será capaz de fazer com que o Evangelho chegue aos corações das pessoas, às estruturas da sociedade e às diversas culturas.” (CNBB, 2019a, n. 41)

Estes dois textos indicam os três elementos fundamentais que caracterizam, estruturam e dinamizam um planejamento pastoral: 1) clareza e reafirmação da missão evangelizadora (julgar); 2) compreensão do mundo ou da realidade onde a Igreja está inserida e deve realizar sua missão (ver); 3) discernimento das urgências e dos caminhos na realização da missão nesse contexto (agir).

Dada a importância desse texto para a ação pastoral-evangelizadora da Igreja do Brasil, ofereceremos, a seguir, uma visão panorâmica do mesmo e indicaremos alguns desafios em vista de uma “recepção criativa” e eficaz de suas diretrizes.

1 Visão panorâmica do texto

Convém começarmos oferecendo uma visão panorâmica do texto das DGAE, tanto no que diz respeito à sua estrutura externa (capítulos), quanto no que diz respeito à sua lógica interna (compreensão da realidade e da missão e orientação pastoral).

1.1 Estrutura externa

Esse é o aspecto mais simples e imediatamente percebido. Diz respeito à divisão e organização do texto em quatro capítulos:

O capítulo primeiro está centrado naquilo que constitui o cerne da missão cristã que é o anúncio do Evangelho de Jesus Cristo (CNBB, 2019a, n. 10-40): insiste na fidelidade a Jesus Cristo, fala da Igreja como comunidade de discípulos missionários e fala da missão como anúncio que se realiza por palavras e gestos, apresenta a cultura urbana como desafio à missão e propõe a formação de comunidades missionárias como resposta ao contexto urbano.

O capítulo segundo trata do olhar de discípulos missionários sobre a cidade (2019a, n. 41-72): convida à contemplação de um mundo em transforma-

ção, insiste na presença de Deus nesse mundo, apresenta alguns traços da vida na grande cidade mundial e destaca alguns sinais da presença do Senhor nesse mundo.

Os capítulos terceiro e quarto tratam da “comunidade eclesial missionária como ambiente de vivência da fé e forma de presença da Igreja na sociedade” (2019a, n. 144), apresentando-a “como prioridade da ação evangelizadora” ou “referencial concreto para a conversão pastoral” (2019a, n. 36) e retomando as urgências das diretrizes anteriores.

O capítulo terceiro (2019a, n. 73-123) fala da Igreja nas casas ou da Igreja como “casa”, sustentada por “quatro pilares”: Palavra, Pão, Caridade, Ação Missionária. A comunidade se constitui como “lugar para o cultivo e vivência dos valores do Reino” (2019a, n. 74), como um “conjunto de relações” (2019a, n. 76) e configura a Igreja como “rede” de comunidades (2019a, n. 84) ou como “comunidade de comunidades” (CNBB, 2014).

O capítulo quarto (2019a, n. 124-202) fala da Igreja em missão que tem como “modelo” a “comunidade dos primeiros cristãos”, caracterizada por um “estilo de vida” e como “testemunho evangélico” (2019a, n. 125) e indica alguns desafios e caminhos para a configuração da Igreja como “casa” (2019a, n. 129-143), sustentada pelos “pilares” da Palavra, do Pão, da Caridade e da Ação Missionária (2019a, n. 144-202).

1.2 Lógica interna

Esse ponto é bem mais complexo. Diz respeito à abordagem que o texto faz da realidade (ver) e da missão da Igreja (julgar), bem como dos caminhos que indica para a ação evangelizadora (agir). Isso ajuda perceber melhor a riqueza e os limites do texto e, assim, favorece uma “recepção criativa” do mesmo (2019a, n. 206), acolhendo suas diretrizes, confrontando-as com nossa realidade e enriquecendo e alargando seus horizontes.

Como o que está em jogo nas DGAE é a ação evangelizadora da Igreja no mundo/contexto em que estamos vivendo, o que implica compreensão da realidade (ver), clareza na missão (julgar) e discernimento de caminhos para a realização da missão nesse mundo/contexto (agir), vamos fazer algumas considerações sobre cada um desses pontos no texto das diretrizes.

1.2.1 Ver

O texto reconhece a importância e a necessidade de compreensão da realidade para o desenvolvimento da missão da Igreja e até indica alguns traços ou características dessa realidade (2019a, n. 9, 27, 30, 32, 41, 49-65). Reconhece também que “a realidade é complexa” e que, “ao buscar sua compreensão do que está ocorrendo”, a Igreja “destaca [alguns] aspectos”

e “deixa de acentuar outros elementos” (2019a, n. 42). E, ao se perguntar pelos “aspectos [do] atual momento histórico [que] que interpela o modo de viver sua missão” (2019a, n. 42), centra seu olhar e sua análise nas profundas transformações culturais que estão ocorrendo no mundo atual – uma verdadeira “mudança de época” (2019a, n. 43, 44, 46) que encontra na cultura urbana seu solo mais fecundo e sua expressão por excelência.

E, aqui, precisamente, reside sua riqueza e seu limite. *Riqueza* porque toca num aspecto fundamental do mundo em que vivemos e que desafia a missão da Igreja. *Limite*, porque, embora reconhecendo que as cidades são “construídas a partir do encontro de estruturas físicas com as relações humanas e sociais” (2019a, n. 29), acaba focando no aspecto das “relações” e, mesmo sem negar, deixando na penumbra o aspecto das “estruturas físicas”. Isso conduz a uma leitura culturalista da realidade em prejuízo da dimensão socioestrutural – uma tendência que vem se impondo lentamente nas diretrizes da Igreja do Brasil desde Santo Domingo (AQUINO JÚNIOR, 2011, p. 926-931).

Certamente, o texto não nega a dimensão socioestrutural da realidade e até faz algumas referências a ela (CNBB, 2019a, n. 20, 30, 50, 58, 60, 64, 105 107, 179). Mas enfatiza e destaca de tal modo os aspectos culturais (valores, critérios, interesses, pensamentos etc.) que tira do foco os problemas mais estruturais. Não por acaso, quase não se fala em transformação da sociedade (2019a, n. 30, 107, 179). Chama atenção que o texto não faça nenhuma referência explícita ao desmonte do estado social de direito em curso no Brasil (congelamento dos investimentos sociais, “reforma” trabalhista, “reforma” da previdência, legislação sobre armamento da população etc.) e que, ao falar da “redução da função social do Estado” (2019a, n. 50) e da crise da “democracia” (2019a, n. 65), contente-se em dizer simplesmente que isso “também” acontece no Brasil.

O desafio aqui consiste numa visão mais ampla e complexa da realidade. E para isso pode contribuir enormemente uma recepção mais integral do magistério de Francisco que articula bem os aspectos cultural e estrutural da realidade, a própria mensagem da CNBB ao povo brasileiro por ocasião da assembleia geral de 2019 (2019c) e várias outras notas da CNBB que oferecem elementos preciosos para uma compreensão da atual situação do Brasil (CEPAST, 2019; CNBB, 2017; 2019b; 2019d; 2019e), bem como análises e reflexões de vários intelectuais que oferecem elementos fundamentais para uma compreensão mais ampla da realidade com enormes repercussões na ação evangelizadora (OLIVEIRA, 2019).

1.2.2 *Julgar*

O texto destaca bem que “o anúncio do Evangelho de Jesus Cristo” constitui o cerne da missão da Igreja (CNBB, 2019a, n. 12-18) e que a Igreja

se constitui como “comunidade de discípulos missionários” (2019a, n. 19-20) que realiza sua missão de anúncio do Evangelho com “palavras e gestos” (2019a, n. 21-26). Fala da Igreja como “casa” no duplo movimento de entrada e saída, acolhida e missão, comunidade e missão (2019a, n. 7, 83) – “dois lados da mesma moeda” (2019a, n. 7), já que “não se pode separar a vida em comunidade da ação missionária” (2019a, n. 18); uma casa “sustentada por quatro pilares”: Palavra, Pão, Caridade e Ação Missionária (2019a, n. 8, 83, 144).

O horizonte teológico-pastoral da “comunidade eclesial missionária” é, em princípio, bastante amplo e abrangente: “vida em comunidade” e “ação missionária” que atingem o ser humano por inteiro (2019a, n. 18); “estilo de vida” e “testemunho do Evangelho encarnado na história, encravado nas realidades, comprometido com as dores e as lutas [...] do nosso país” (2019a, n. 125); “ambiente de vivência da fé e forma de presença da Igreja na sociedade” (2019a, n. 144). Mas a leitura da realidade, centrada nas transformações culturais em curso, repercute aqui na reflexão sobre a missão evangelizadora da Igreja (e/ou vice e versa), destacando as dimensões pessoal e comunitária da fé (sua grande riqueza), sem dar a mesma e a devida ênfase à dimensão socioestrutural da fé (seu limite).

Também aqui urge um maior equilíbrio entre as dimensões pessoal e comunitária da fé (contribuição maior dessas diretrizes) e sua dimensão socioestrutural (limite maior do texto) para que o Mistério de Cristo possa realmente tocar e configurar a totalidade da realidade (2019a, n. 41). E, aqui, é fundamental uma retomada mais consequente do ensino social da Igreja, da nossa tradição eclesial latino-americana e brasileira e do magistério do papa Francisco, em particular sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* e sua Carta Encíclica *Laudato Si'*.

1.2.3 Agir

A determinação das transformações culturais em curso ou da cultura urbana como desafio maior do mundo atual para a Igreja acaba determinando também as prioridades e os rumos da ação evangelizadora: relação entre evangelização e cultura urbana (2019a, n. 27, 28, 31, 32). A preocupação maior aqui é com “os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes de inspiração e os modelos de vida da humanidade” (2019a, n. 48). E a resposta eclesial fundamental e prioritária a esse desafio (2019a, n. 36) é a formação de *comunidades eclesiais missionárias* como “meios adequados para o crescimento na fé, para o fortalecimento da comunhão fraterna, para o engajamento de seus integrantes na missão e para a renovação da sociedade” (2019a, n. 33). Elas se constituem como “ambiente de vivência da fé e forma de presença da Igreja na sociedade” (2019a, n. 144).

Mas, embora fale da Igreja em termos de “comunidade e missão”, o texto não dá a mesma importância ao “ambiente de vivência da fé” (comunidade) e à “presença da Igreja na sociedade” (missão) e, ao tratar da missão, a ênfase recai sempre sobre as dimensões pessoal e comunitária (2019a, n. 34, 35, 76, 80), deixando bem em segundo plano e na penumbra sua dimensão socioestrutural – nunca negada, pontualmente referida, mas nunca enfatizada e integrada de modo consequente.

O desafio, aqui, é duplo: do ponto de vista da análise da realidade, desenvolver uma visão mais ampla e integral do mundo urbano que não se reduz ao aspecto cultural; do ponto de vista da ação pastoral-evangelizadora, levar a sério a dimensão socioestrutural da evangelização – reconhecida e indicada nas diretrizes (2019a, n. 107), mas não desenvolvida nem integrada de modo consequente.

E, para isso, além da contribuição das pastorais e dos organismos sociais da Igreja do Brasil, é preciso levar a sério uma dupla insistência de Francisco. Por um lado, a necessidade de articular os “gestos simples e diários de solidariedade” com a “cooperação para resolver os problemas estruturais da pobreza” (EG, n. 188). A Igreja “não pode ficar à margem da luta pela justiça” (EG, n. 183). Aquilo que o Compêndio de Doutrina Social da Igreja chama de “caridade social e política” (PONTÍFICIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011, n. 207-208) e a Encíclica *Laudato Si'* chama “amor civil e político” (LS, n. 231). Por outro lado, a importância e a necessidade de fortalecer e ampliar o diálogo e a cooperação da Igreja com os movimentos populares, expressas de modo particular nos três encontros que teve com os movimentos populares, como forma privilegiada de cooperar com a transformação da sociedade e a construção de uma cidade segundo os desígnios de Deus revelados e inaugurados na práxis de Jesus Cristo (AQUINO JÚNIOR; ABDALLA; SÁVIO, 2018; AQUINO JÚNIOR, 2018).

2 Para uma “recepção criativa” da DGAE

Em sua conclusão, o documento afirma que “estas Diretrizes foram elaboradas para ajudar a Igreja no Brasil a responder aos desafios evangelizadores de um Brasil cada vez mais urbano” (CNBB, 2019a, n. 203) e insiste na importância fundamental do “processo de implantação destas Diretrizes” (2019a, n. 204) através de sua tradução em “orientações pastorais ajustadas às condições de cada comunidade” (2019a, n. 206) e sua concretização em “projetos pastorais que, respeitando a unidade da Igreja em todo o Brasil, respondam às realidades regionalmente diversificadas” (2019a, n. 206). Está em jogo, aqui, um processo de “recepção criativa” que, em sintonia com as diretrizes e levando em conta a realidade e a caminhada pastoral de

cada Igreja, favoreça “um planejamento aberto à participação de todas as pessoas que atuam nos vários âmbitos da Igreja” (2019a, n. 206).

Uma “recepção criativa” das DGAE é algo muito mais rico e complexo que uma mera repetição do texto e uma aplicação automática e mecânica de suas orientações pastorais em todas as regiões e/ou situações. Exige análise do texto, confronto com a realidade e enriquecimento e alargamento de seus horizontes. No que tem de *recepção*, é um processo que se vive em tradição e comunhão eclesiais, em espírito sinodal. No que tem de *criativo*, é um processo em construção que deve ser alargado e enriquecido em corresponsabilidade eclesial. Tomado em sua globalidade, o processo de *recepção criativa* é expressão privilegiada tanto da unidade e catolicidade da Igreja, quanto de sua santidade e apostolicidade.

Dentro desse espírito de “recepção criativa”, queremos destacar a novidade e a contribuição maior dessas DGAE, bem como indicar suas ambiguidades e seus limites em vista de uma maior eficácia na ação evangelizadora da Igreja.

2.1 Novidade e contribuição maior das DGAE

O grande mérito dessas Diretrizes é a insistência na formação de “comunidades eclesiais missionárias”. Isso aparece como “resposta” (2019a, n. 203), “meta” (2019a, n. 128) e “prioridade” (2019a, n. 36) da ação pastoral-evangelizadora e, assim, como “referencial concreto para a conversão pastoral” (2019a, n. 36) no contexto urbano.

A comunidade – edificada sobre os “pilares” da Palavra, do Pão, da Caridade e da Missão – é expressão e mediação privilegiadas da dimensão comunitária da fé que é “fé da Igreja” e “fé vivida em/como Igreja”. E é apresentada e proposta nas Diretrizes como resposta pastoral fundamental aos desafios urbanos: propicia “um ambiente humano de proximidade e confiança que favorece a partilha de experiência, a ajuda mútua e a inserção nas mais variadas situações” (2019a, n. 34; 84); ajuda “encontrar critérios para a interpretação e interação com a realidade” (2019a, n. 28); oferece “meios adequados para o crescimento na fé, para o fortalecimento da comunhão fraterna, para o engajamento na missão e a renovação da sociedade” (2019a, n. 33; 6) e favorece o cultivo e desenvolvimento de carismas e ministérios (2019a, n. 86, 87). Insistir nessa dimensão comunitária da fé a partir e em torno da Palavra, do Pão, da Caridade e da Missão é, sem dúvida nenhuma, o grande mérito dessas Diretrizes.

O texto também insiste na inseparabilidade entre “comunidade e missão” que “são como dois lados da mesma moeda” (2019a, n. 7, 18). A Igreja não existe para si, mas para a missão. Por isso mesmo, deve ser sempre pensada no duplo movimento de entrada e saída, chamado e envio, aco-

lhida e missão, comunidade e missão (2019a, n. 7, 18, 83). No entanto, a compreensão de *missão* do texto está muito centrada e, de certo modo, reduzida às dimensões pessoal, comunitária e cultural, em detrimento da dimensão socioestrutural. Provavelmente, essa redução da missão aos âmbitos pessoal, comunitário e cultural tenha condicionado e comprometido a compreensão e a abordagem do mundo urbano que aparece no texto: uma abordagem centrada e, de certo modo, reduzida ao âmbito cultural. E uma compreensão reducionista da missão e da realidade acaba levando a uma ação pastoral-evangelizadora reducionista. Aqui, precisamente, residem a ambiguidade e o limite maior do texto.

2.2 *Ambiguidade e limites das DGAE*

O problema maior dessas DGAE consiste numa compreensão um tanto reducionista e unilateral da realidade (centrada no aspecto cultural), da missão e da ação evangelizadora (centradas nas dimensões pessoal, comunitária e cultural).

2.2.1 *Compreensão da realidade*

As DGAE fazem uma abordagem da realidade muito centrada e, em certa medida, quase identificada e/ou reduzida à sua dimensão cultural. Certamente, em uma análise da realidade, pode-se distinguir e privilegiar a dimensão econômica, social, política, cultural ou religiosa. Nenhum problema nisso. Mas não se pode desconsiderar jamais que essas dimensões se implicam mutuamente e estão muito mais condicionadas e determinadas umas pelas outras do que parece. E quanto mais se compreendem e se explicitam os vínculos e os condicionamentos entre essas várias dimensões, tanto mais e melhor se compreende a realidade e, inclusive, cada uma dessas dimensões no que tem de mais próprio e irredutível.

É mérito das DGAE perceber e assumir que a sociedade brasileira se tornou nas últimas décadas uma sociedade urbana. De acordo com o Censo de 2010, 84,4% da população brasileira é urbana, isto é, vive em cidades (IBGE, 2010). Mas não se pode identificar sem mais o mundo urbano com a cultura urbana. A cultura (rural ou urbana) é apenas um aspecto ou uma dimensão do mundo (rural ou urbano). Não existe uma cultura pairando no ar que prescindia de sua base material socioestrutural. O mundo urbano (SANTOS, 1979; SANTOS, 1996; ROLNIK, 2012; LIBANIO, 2001; COMBLIN, 2002; SANCHEZ, 2013; SECRETARIADO, 2018; AQUINO JÚNIOR, 2019, p. 105-110) é uma realidade muito mais ampla e complexa que sua dimensão cultural.

Em sua globalidade e complexidade, o mundo urbano deve ser compreendido como uma forma de *organização social do espaço* (geografia, estruturas,

economia, política, religião, MCS, entidades sociais etc.) (COMBLIN, 2002, p. 16-22) que produz um *modo ou estilo de vida* (ritmo/rotina, relações, valores, cosmovisões etc.) (COMBLIN, 2002, p. 11-15; SANCHEZ, 2013, p. 25-41). E esses dois aspectos são inseparáveis. É ingenuidade querer compreender e interferir no modo de vida urbano sem considerar e intervir em sua organização socioespacial. O “modo de vida”, no que tem de positivo e negativo, por mais irreduzível que seja, é inseparável da forma “organização do espaço”. E não se pode esquecer que a característica mais marcante do processo de urbanização brasileira é a “desigualdade socioterritorial” (ROLNIK, 2016, p. 15) ou a “segregação territorial” (MARICATO, 2013, p. 17). Sem tocar nisso, não é possível nenhuma intervenção consequente e eficaz no modo de vida urbano.

E, aqui, precisamente, na compreensão do urbano, reside um dos maiores limites e problemas das DGAE. Aliás, é preciso reconhecer que, embora faça referência a muitos aspectos da realidade, o texto não se dá ao trabalho de analisar e oferecer uma visão mais global básica do “mundo urbano” e nem sequer da “cultura urbana”. As expressões “urbano” e “cultura urbana” são constantemente repetidas como se fosse algo simples e evidente. Provavelmente, se tivessem levado mais a sério o método ver-julgar-agir, dedicando uma parte do texto a uma análise e compreensão da realidade, as DGAE teriam apresentado uma visão mais global e complexa do mundo urbano que não se reduz a seu aspecto cultural e, assim, ajudado a evitar o risco de se reduzir o urbano a chavão ou slogan pastoral sem maiores implicações.

O processo de “recepção criativa” das DGAE passa, aqui, por um esforço de compreensão do mundo urbano em sua globalidade e complexidade. Sem isso, a ação pastoral-evangelizadora da Igreja no mundo urbano poderá ser ineficaz, no sentido de não interferir – a modo de fermento, sal, luz – no processo de organização do mundo urbano e de configuração do modo de vida urbano. E, para isso, é preciso recorrer tanto ao conhecimento prático (sabedoria) quanto ao conhecimento científico (ciências) do mundo urbano e evitar todo tipo de reducionismo economicista ou culturalista.

2.2.2 Compreensão da missão

Conforme indicamos acima, as DGAE apresentam, em princípio, uma compreensão bastante ampla da Igreja, enquanto “comunidade eclesial missionária”, destacando tanto a “vida em comunidade” quanto a “ação missionária”. A Igreja deve ser compreendida em termos de “comunidade” e de “missão”, ou melhor, em termos de “comunidade missionária”. No entanto, e aqui reside o problema, a ênfase do texto recai sobre o aspecto da vida comunitária e, no que diz respeito à ação missionária, a ênfase recai sobre as dimensões pessoal, comunitária ou cultural da fé, deixando em segundo plano e na penumbra sua dimensão socioestrutural.

A insistência na comunidade como “ambiente de vivência da fé” (CNBB, 2019a, n. 144), como “estilo de vida” (2019a, n. 125) e como “forma de presença da Igreja na sociedade” (2019a, n. 144) é, sem dúvida nenhuma, a maior novidade dessas DGAE. E nessa compreensão da comunidade aparece já claramente seu caráter e seu dinamismo missionário que diz respeito, antes de tudo e acima de tudo, a um modo de vida suscitado, dinamizado e conduzido pelo Espírito que nos faz viver no amor fraterno (Jo 13, 34s), passar no mundo fazendo o bem (At 10, 38) e nos colocarmos a serviço dos caídos à beira do caminho ou da humanidade sofredora (Lc 10, 25-7; Mt 25, 31-46).

A missão cristã é contagiar o mundo com esse modo de vida que herdamos de Jesus e que, na força e no poder do Espírito, recebemos, aprendemos e cultivamos na comunidade. Isso deve tocar o *coração das pessoas* e interferir nos *modos de vida* e nas *formas de organização da sociedade*. A missão da Igreja deve ser integral: “fazer com que o evangelho chegue ao coração das pessoas, às estruturas sociais e às diversas culturas” (CNBB, 2019a, n. 41) e, assim, possa tocar e configurar a totalidade da realidade.

O texto destaca muito bem as dimensões pessoal, comunitária e cultural da missão. E nisso oferece uma grande contribuição para ação missionária da Igreja: fazer com que o Evangelho chegue ao “coração das pessoas” e às “diversas culturas”. Mas, sem negar e até pontualmente fazendo referência, não dá a mesma e a devida atenção à dimensão socioestrutural da missão cristã: fazer com que o Evangelho chegue às “estruturas da sociedade”.

Embora esse aspecto estrutural da missão da Igreja venha sendo explicitado e desenvolvido há mais de um século pelas Encíclicas Sociais e tenha ganhado muita força com o Concílio Vaticano II e, sobretudo, com sua recepção na América Latina a partir das conferências de Medellín e Puebla, das pastorais e organismos sociais da Igreja e das teologias da libertação, vem, progressivamente, perdendo força no conjunto da Igreja e, concretamente, nas diretrizes da ação pastoral/evangelizadora da CNBB. Não por acaso, desde as DGAE 2011-2015 desapareceu do objetivo geral da ação evangelizadora a referência explícita à colaboração na construção de uma sociedade mais justa e fraterna ou solidária.

Na verdade, desde Santo Domingo (1992), foi se impondo, na contra-mão do Concílio e de sua recepção latino-americana, uma concepção de evangelização centrada nos aspectos explicitamente religiosos (culto e doutrina) e culturais (valores e critérios), em prejuízo de seus aspectos mais propriamente socioestruturais – o que Clodovis Boff chamou “ajuste pastoral” (1994, p. 26). Certamente, não há uma negação nem uma ruptura radical com a tradição eclesial/pastoral em curso nas últimas décadas, mas há, sem dúvida, um novo enfoque e uma nova orientação.

Para Boff, o “ajuste pastoral” realizado por Santo Domingo se dá num duplo sentido: “reforça a Igreja-hierarquia, enfraquecendo a Igreja-Povo de Deus” e “privilegia a dimensão propriamente evangelizadora da Igreja, enfatiza sua função especificamente religiosa e missionária [...], mas [...] não de modo a radicalizar a missão social da Igreja, mas antes a *relativizá-la*” (1994, p. 27).

No que diz respeito às DGAE, o “ajuste pastoral” tem a ver fundamentalmente com este segundo sentido a que se refere Boff: ênfase no aspecto explicitamente religioso em detrimento do aspecto social e, vinculado a isso, redução do social ao cultural. E isso está tão arraigado em nossa tradição eclesial mais recente que nem o propósito explícito de recepção do magistério do papa Francisco (CNBB, 2019a, n. 3), que tanto tem insistido nesse ponto, foi capaz de fazer retomar de modo consequente a dimensão socioestrutural da missão. Parece haver até mesmo uma dificuldade em captar e, mais ainda, em enfrentar essa dimensão socioestrutural. Isso tem repercutido, inclusive, na compreensão comum de pastoral social, cada vez mais reduzida a um serviço assistencial ou, quando muito, a projetos sociais sem maiores preocupações com os processos de transformação da sociedade que caracterizaram as pastorais sociais na América Latina desde Medellín (AQUINO JÚNIOR, 2016).

Também, aqui, uma “recepção criativa” das Diretrizes passa por uma perspectiva mais integral da missão que retome e assuma de modo consequente sua dimensão socioestrutural e, assim, oriente e favoreça uma ação evangelizadora capaz de “fazer com que o evangelho chegue ao coração das pessoas, às estruturas sociais e às diversas culturas” (CNBB, 2019a, n. 41).

2.2.3 Ação evangelizadora

Uma compreensão mais integral e complexa da realidade e da missão da Igreja repercute decisivamente na ação evangelizadora da Igreja. Se o *mundo urbano* deve ser considerado em sua globalidade como uma forma de organização social do espaço que produz um modo ou estilo de vida e se a *missão da Igreja* diz respeito a todos os âmbitos da vida ou realidade humana, a *ação evangelizadora da Igreja* deve ser pensada e dinamizada de modo a favorecer que “o Evangelho chegue ao coração das pessoas, às estruturas sociais e às diversas culturas” (2019a, n. 41).

Tudo isso, como indica as DGAE, deve ser pensado a partir da comunidade, entendida como “ambiente de vivência da fé e forma de presença da Igreja na sociedade” (2019a, n. 144). Mas deve ter uma perspectiva integral, atingindo as pessoas, as culturas e as estruturas sociais. E isso tem muitas implicações e consequências para a ação evangelizadora da Igreja no mundo urbano.

Em primeiro lugar, deve tocar o mais íntimo e profundo das pessoas, interferindo em seus sentimentos, pensamentos, visões de mundo, convicções, reações, isto é, configurando, a partir de dentro, seu modo de vida. É a dimensão pessoal-subjetiva da fé (FRANÇA MIRANDA, 2013, p. 13-34; AQUINO JÚNIOR, 2013, p. 810-812), irreduzível a toda expressão religiosa externa; uma dimensão fundamental e intransferível que se tornou particularmente relevante em um ambiente plural e onde a fé deixou ser um dado cultural. Ninguém nasce cristão. Vai se tornando cristão por uma opção pessoal cotidiana por Jesus Cristo e seu Evangelho. Sem isso, a fé não passa de exterioridade vazia e ineficaz.

Em segundo lugar, através dos cristãos e de suas comunidades, deve intervir nos modos de vida da sociedade, disseminando e cultivando valores e práticas evangélicas como fraternidade, solidariedade, perdão, justiça, compaixão, misericórdia etc. Esses valores e práticas, compartilhados com tantas pessoas e grupos, têm um caráter/potencial/dinamismo humanizador que seduz/atrai/congrega e constituem a base de uma nova sociedade. Como tanto tem insistido o papa Francisco, sem uma transformação cultural profunda não é possível nenhuma mudança mais consequente da sociedade. E no contexto atual de banalização da vida humana, disseminar, cultivar e promover a cultura do respeito, da solidariedade, da compaixão e da justiça (na catequese, na homilia, nas celebrações, nos encontros de formação, nos MCS em geral etc.) é tarefa urgente e impostergável.

Em terceiro lugar, deve levar a um compromisso com os pobres e todas as vítimas de injustiça, preconceito e marginalização social (periferias sociais) e com as pessoas em situação de sofrimento as mais diversas (periferias existenciais). Isso implica uma tomada de posição clara e firme dos cristãos e da Igreja em defesa dos pobres e das vítimas. Isso implica comunhão, colaboração e participação nas mais diversas lutas e organizações populares em defesa dos direitos dos pobres e das vítimas. Isso implica no fortalecimento e na criação de pastorais e organismos sociais da Igreja para acompanhar e colaborar com os pobres em suas lutas e organizações populares. E, aqui, como tem insistido o papa Francisco, a colaboração com os movimentos populares é fundamental. Está em jogo, aqui, o processo de democratização da cidade através da garantia dos direitos dos pobres e marginalizados – sinal e mediação privilegiados do reinado de Deus neste mundo.

Importa fortalecer a *dimensão comunitária* da fé através de comunidades alicerçadas na Palavra, no Pão, na Caridade e seu *dinamismo missionário* de ser “sinal e instrumento” de salvação ou do reinado de Deus neste mundo cada vez mais urbano: tanto nas dimensões pessoal e comunitária, quanto na dimensão socioestrutural.

Siglas

CEPAST = Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Transformadora
CNBB = Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DGAE = Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil
EG = *Evangelii Gaudium*
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LS = *Laudato Si'*
MM = *Mater et Magistra*

Referências

AQUINO JÚNIOR, F. de. “‘Novas’ Diretrizes da Ação Evangelizadora: ‘Ajuste pastoral’!?” . *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, n. 284, p. 926-931, out. 2011.

AQUINO JÚNIOR, F. de. A fé como seguimento de Jesus Cristo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, n. 292, p. 788-815, out. 2013.

AQUINO JÚNIOR, F. de. *Pastoral Social: Dimensão socioestrutural da caridade cristã*. Brasília: CNBB, 2016.

AQUINO JÚNIOR, F. de. *Organizações populares*. São Paulo: Paulinas, 2018.

AQUINO JÚNIOR, F. de. *Teologia em saída para as periferias do mundo*. São Paulo: Paulinas, 2019.

AQUINO JÚNIOR, F. de; ABDALLA, M.; SÁVIO, R. (Orgs.). *Papa Francisco e os movimentos populares*. São Paulo: Paulinas, 2018.

BOFF, C. O “Evangelho” de Santo Domingo: os dez temas-eixo do Documento da IV CELAM. Petrópolis: Vozes, 1994.

COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A AÇÃO SOCIOTRANSFORMADORA DA CNBB. *Mensagem do Fórum Nacional das Pastorais Sociais*. Brasília-DF, 02 de agosto de 2019. Disponível em: <<http://www.cefep.org.br/wp/wp-content/uploads/2019/08/Mensagem-do-F%C3%B3rum-Nacional-das-Pastorais-Sociais.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

COMBLIN, J. *Pastoral urbana: o dinamismo na evangelização*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. A conversão pastoral da paróquia*. São Paulo: Paulinas, 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Nota da CNBB sobre a PEC 287/16 – “Reforma da Previdência”*. Brasília-DF, 23 de março de 2017. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/para-cnbb-reforma-da-previdencia-escolhe-o-caminho-da-exclusao-social/>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil 2019-2023*. Brasília: CNBB, 2019a.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Mensagem do Conselho Permanente da CNBB*. Brasília-DF, 28 de março de 2019b. Disponível em: <<https://www.a12.com/redacaoa12/assembleia-geral-cnbb/cnbb-publica-mensagem-sobre-reforma-da-previdencia>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Mensagem da CNBB ao povo brasileiro*. Aparecida-SP, 7 de maio de 2019c. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/episcopado-brasileiro-em-sua-57a-assembleia-geral-emite-mensagem-da-cnbb-ao-povo-brasileiro/?fbclid=IwAR0OdYnkIFqzEW-dPS1Ker6rFSLf8GTSic_rs-KkvltmgQyPpEwiqXnkOdw>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Nota da CNBB*. Brasília-DF, 23 de agosto de 2019d. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/levante-a-voz-pela-amazonia-pede-cnbb-em-nota/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Nota sobre os Conselhos Paritários*. Brasília-DF, 19 de setembro de 2019e. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/cnbb-emite-nota-sobre-o-enfraquecimento-da-participacao-social-nos-conselhos-paritarios/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, Papa. *Comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos*. Discurso do santo padre Francisco. Aula Paulo VI. Sábado, 17 de Outubro de 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FRANÇA MIRANDA, M. de. Em vista da Nova Evangelização. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, n. 125, p. 13-34, jan./abr. 2013.

FRANÇA MIRANDA, M. de. *Igreja Sinodal*. São Paulo: Paulinas, 2018.

FREITAS, M. C. de. *Uma opção renovada*: a Igreja no Brasil e o Planeamento Pastoral. Estudo genético-interpretativo. São Paulo: Loyola, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do Censo Demográfico 2010*: Urbanização. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap6.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LIBANIO, J. B. *As lógicas da cidade*: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé. São Paulo: Loyola, 2001.

JOÃO XXIII, Papa. *Carta Encíclica Mater et Magistra*: sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã. São Paulo: Paulinas, 2010.

MARICATO, E. *Brasil, cidades*: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, M. A. de. *Traços básicos de nossa situação histórica*. Conjuntura 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591292-tracos-basicos-de-nossa-situacao-historica-conjuntura-2019>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2011.

ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROLNIK, R. A questão urbana no Brasil contemporâneo. In: RODRIGUES, S. (Org.). *CEBs e mundo urbano: perspectivas no pontificado de Francisco*. Rio de Janeiro: ISER Assessoria, 2016. p. 15-23.

SANCHEZ, W. L. *Teologia da cidade: relendo a Gaudium et Spes*. Aparecida: Santuário, 2013.

SANTOS, M. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

14.º INTERECLESIAL DAS CEBs. *CEBs e os desafios do mundo urbano: texto Base*. De 23 a 27/01/ 2018. Disponível em: <<http://gilvander.org.br/site/wp-content/uploads/2018/01/14o-Intereclesial-das-CEBs-texto-base-23-a-27-de-jan-2018.pdf>> . Acesso em: 20 de ago. 2019.

Artigo submetido em 29.08.2019 e aprovado em 22.11.2019.

Francisco de Aquino Júnior é doutor em teologia pela Westfälische Wilhelms-Universität Münster – Alemanha. É professor de teologia da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e do PPG-Teo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte – CE. Orcid.org/0000-0001-8142-3280. E-mail: axejun@yahoo.com.br

Endereço: Caixa Postal, 27
Limoeiro do Norte — CE
CEP: 62.930.000